

VALORIZAR O TRABALHO E ENALTECER A PÁTRIA: O ESTADO NOVO E AS FESTAS ESCOLARES NA PARAÍBA

VÂNIA CRISTINA DA SILVA*

INTRODUÇÃO

As festas escolares cada mês, os hinos e canções patrióticas, o culto da bandeira e o majestoso desfile dos alunos infundem o entusiasmo nas almas, geram as convicções profundas e dão as victórias que tornam as nações poderosas, prosperas e respeitadas. (REVISTA DO ENSINO, 1937, p.114).

Estudar as festas cívicas significa adentrar em ambientes carregados de símbolos que visavam (e visam!) difundir valores e condutas que, de certa forma reforçam ideários nacionalistas. Os momentos cívicos trazem em si a intenção de educar o imaginário¹ popular e, através de seus conteúdos, atingem o sentimento da sociedade que normalmente se faz presente, a presença da população é considerada condição imprescindível para o sucesso das festas.

O Estado novo foi um momento em que se processaram a centralização de leis e normatizações, no sentido de tentar conduzir as práticas sociais, visando a construção de tradições em torno de um ideário nacionalista, na tentativa de formar homens civilizados e dispostos a trabalhar pela pátria. “Valendo-se das técnicas sofisticadas de comunicação com objetivo político, os representantes do varguismo procuraram canalizar a participação das massas na direção imposta por esses regimes” (CAPELATO, 1998, p.19). A pátria precisava ser amada, era importante que o povo brasileiro que “*dormia eternamente em berço esplêndido*”, despertasse e manifestasse sua alegria e entusiasmo a partir das grandes comemorações que elevavam a imagem dos heróis e de seus grandes feitos.

Nesse espírito, a proposta deste artigo, é adentrar no cenário das festas escolares em comemoração ao Dia do Trabalho (1º de Maio) e ao Dia da Bandeira (19 de Novembro), datas que não deveriam cair no esquecimento, que precisavam ser

* Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba.

¹ A respeito do conceito de imaginário podemos compreendê-lo como: “um sistema de idéias e imagens de representação coletiva que os homens constroem para si, dando sentido ao mundo”. (PESAVENTO, 2003. p.43).

lembradas, rememoradas e acima de tudo comemoradas. Rememorar, por sua vez, significava exaltar o sentimento de nostalgia de momentos de nossa história que ficaram para trás. Naqueles momentos de euforia, as grandiosas comemorações se realizavam e a população, em meio às girândolas que se estrondavam sem parar e ratificadas pelas belas poesias que os jovens estudantes recitavam, de certa forma, era levada, ao exercício da rememoração.

Os grupos hegemônicos determinavam que, certos eventos da nossa História, deveriam ser lembrados e celebrados de forma calorosa com grandiosas festas. A sociedade deveria prestar as solenes homenagens aos “grandes homens”, aos “grandes feitos”, a intenção era que aquela História nacional, por eles projetada, fosse adotada por todos, como uma marca identitária. É válido lembrar que, muitas vezes esse processo ocorria acriticamente, ou seja, os indivíduos eram levados a adotar essa marca como sendo sua própria identidade, “as identidades nacionais não nascem prontas, elas são algo a ser inventado e não descoberto, não é algo natural” (MORAIS, 2007, p.29).

O dia 1º de Maio: Dia do Trabalho

Para Hobsbawm (1997), é comum que o Estado se utilize de uma série de rituais e celebrações no intento de tentar mobilizar a sociedade em geral e, de maneira mais especial, os alunos. Segundo Hobsbawm, a invenção das tradições pode ser realizada oficialmente e não oficialmente. Nesse caso, as invenções oficiais podem ser chamadas de políticas e surgem em Estados ou movimentos, políticos e organizados, criados por eles; e aquelas não oficiais, que podem ser denominadas sociais, são gestadas principalmente por grupos sociais sem organização formal, ou por aqueles cujos objetivos não são específicos (HOBSBAWM, 1997, p.271).

Com base nas colocações do referido autor, podemos considerar as festividades cívicas como tradições oficiais, pois se tratavam de movimentos organizados e com objetivos específicos, isto é: motivar a sociedade para a construção de um país guiado pela paz e amor à nação. Contudo, no caso das comemorações do dia 1º de maio, há uma ressalva. Segundo o autor, essas se dividem tanto em tradições oficiais quanto políticas, pois:

O 1º de Maio começou numa época de extraordinário crescimento e enorme expansão dos movimentos operários e socialistas de numerosos países, e dificilmente poderia ter-se estabelecido num clima político menos promissor. O antigo simbolismo da primavera, a ele associado de maneira tão fortuita, foi perfeito para a ocasião, no início da década de 1890. Assim, a data transformou-se rapidamente numa festividade e rito anual altamente carregado. A repetição anual foi adotada para atender à demanda das camadas. O 1º de Maio e os rituais trabalhistas semelhantes situam-se entre as tradições ‘políticas’ e ‘sociais’, pertencendo ao grupo das primeiras através de sua associação com as organizações de massas e partidos que podiam – e de fato visavam – tornar-se regimes e estados; e ao grupo das segundas porque manifestavam de forma autêntica a consciência que os trabalhadores tinham de serem uma classe à parte, visto que esta consciência era inseparável das organizações correspondentes (HOBSBAWM, 1997, p. 293/294).

As comemorações dessa data na Paraíba, sempre foram muito intensas e revestidas de grande garbo. No ano de 1943, por exemplo, as ruas paraibanas se abarrotaram de pessoas e numa movimentação eufórica, milhares de trabalhadores se organizavam, a fim de comemorar o seu dia:

COMEMORA-SE hoje em todo o país, com diversas solenidades cívicas, o Dia do Trabalho, consagrado às laboriosas classes que, cumprindo o seu dever patriótico, estão empenhadas numa grande tarefa pela causa da vitória nacional. Como nos demais Estados, a data será celebrada na Paraíba com expressivas festividades que terão a cooperação dos círculos operários e das autoridades, o elemento concentrado na Praça da Independência formará uma coluna de marcha e desfilara em saudação ao sr. Interventor Federal e demais autoridades civis e militares, que se acharão reunidas, para o ato na sacada do Palácio da redenção (A UNIÃO, 01 mai. 1943).

Ainda na mesma página, foi publicado um convite enviado do Rio de Janeiro, pelo Ministro Marcondes Filho, ao interventor Ruy Carneiro, o presidente da república falaria a todo o país, seu discurso seria anunciado pelas rádios e em alto falantes nos centros das cidades, para que todos pudessem acompanhar simultaneamente aquele momento de efervescência, em que certamente, seriam ressaltadas todas as conquistas que o governo vinha realizando. “A festa representava a espetacularização da política, na ritualização do poder, para sua legitimação no espaço público” (VAZ, 2006, p. 59).

DO MINISTRO MARCONDES FILHO AO INTERVENTOR RUY CARNEIRO

RIO, 29- Tenho a honra de comunicar a V. Excia. que, em comemoração às festas do Trabalho, será realizada no próximo dia 1º de maio, uma grande concentração de trabalhadores diante do edifício deste Ministério, devendo o sr. Presidente da República falar, às 15 horas, ao operariado, em oração que será irradiada para todo o país pelo Departamento de Imprensa e Propaganda. Atenciosas saudações. ALEXANDRE MARCONDE FILHO, Ministro do Trabalho e Comércio (A UNIÃO, 01 mai. 1943).

Essas grandiosas festas não contavam apenas com trabalhadores, mas nela também se envolviam os escolares. “O público alvo dessas comemorações eram os operários, sindicatos e trabalhadores nacionais, não inviabilizando, porém, o investimento maciço, nas escolas, das noções de trabalho, reforçadas pela data comemorativa “(VAZ, 2006, p. 65/66).

A noção educativa do trabalho perpassava toda a sociedade, e, na escola, por ser *locus* formador das novas gerações, a educação pelo trabalho e para o trabalho toma espaço nos investimentos do governo, principalmente por meio dos materiais escolares e extra-escolares. Mesmo que a escola apareça mais diluída no espaço público, nas festividades do Dia do Trabalho dá-se ênfase ao tema *trabalho* no interior das escolas e também nos projetos e discursos do governo para a infância e juventude, futuro da nação trabalhadora e patriota (Idem, p.66).

Como já salientamos, as festividades do Dia do Trabalho, assim como todas as outras, tinham suas programações descritas detalhadamente nos órgãos de comunicação. Nos jornais, no dia da festa e durante todo o mês de maio, relatavam-se abundantemente o sucesso das festividades que ocorreram nas diversas cidades do Estado, em vários locais, tais como: grupos escolares, ligas operárias, sindicatos, dentre outros.

Como podemos notar, a ênfase nas festividades do Dia do Trabalho era tamanha e no espaço escolar, essa valorização do trabalho também era comum, todavia, ela não se restringia à festividade/comemoração por si mesma, havia outros meios didáticos e pedagógicos que contribuía para a construção/fortalecimento de tradições. Nessa perspectiva, a seguir vamos destacar uma história, que integra um livro de leituras para o ensino primário, no qual “a ênfase na distinção de cada profissão, para

cada aluno, faz do espaço escolar, além do lugar para a instrução, um ambiente formador da instrumentalização para o trabalho” (VAZ, 2006, p.72).

O trabalho

Na escola de Cláudio todos trabalham.

Logo de manhã um menino de cada turma rega o canteiro que pertence à sua classe.

Antes do recreio uma turma de meninas vai à cozinha ver como se faz a sopa.

Outra turma aprende a cooperar, ajudando no preparo dos pratos e colheres.

Todos os alunos estão convencidos de que o trabalho enobrece e ninguém se furta a trabalhar.

Nas classes mais adiantadas, cada aluno se exercita numa profissão: são carpinteiro, de marceneiro, de torneiro, de pedreiro, de entalhador, de jardineiro, de empalhador.

As meninas também trabalham em jardinagem, costuras, cozinha, lavagem, bordados.

No dia 1º de maio, dia da festa do Trabalho, há grande alegria na escola de Cláudio.

Os alunos cantam hinos elogiando o trabalho, representam peças em que se vêem trabalhadores, ferramentas, utensílios, máquinas, tudo quanto indica uma profissão, uma atividade.

Cláudio e seus colegas não levam somente livros e cadernos: cada um carrega uma ferramenta, uma planta, um pedaço de madeira ou de folha, qualquer coisa para fazer.

Por isso quando eles passam, todos dizem:

- Lá vai um aluno da **Escola do Trabalho** (COSTA *apud* VAZ, 2006, p.72/73).

Como nos mostra o trecho acima, o ambiente escolar se encarregava de preparar desde a infância, o futuro trabalhador. Era importante criar nos alunos o gosto pelo trabalho e, isso só era possível através da divulgação de historinhas como estas e, é claro, das festas cívicas, que tinham como público alvo os estudantes, suas famílias e a sociedade como um todo.

Esses rituais festivos eram cuidadosamente planejados pelas autoridades e pelos educadores, estes segundos recebiam, antecipadamente, as normas a serem seguidas e de forma detalhada eram instruídos a organizar a programação a ser colocada em prática nos dias de solenidades. A esses professores, ficava a incumbência de entender essas práticas e suas finalidades, carregando a tarefa de preparar os estudantes de acordo com os ideais que lhes eram passados, tudo para desempenhar a sublime missão do seu trabalho. Dias antes das festividades o Departamento de Educação já

enviava as circulares com os detalhes que os mestres deveriam seguir. Certamente, os alunos passavam a maior parte do tempo escolar se dedicando aos ensaios, uma vez que eram muitas as comemorações no decorrer do ano letivo e os programas a serem executados eram amplos

As páginas do jornal *A União*, hoje amarelas e empoeiradas, chegavam às mãos de uma parcela do povo paraibano e transmitia, através de suas colunas noticiosas, criteriosamente o mérito dos desfiles cívicos que haviam tomado corpo nas ruas dessa capital. É notória a participação da imprensa na construção de um “passado social formalizado almejado pelo Estado”, a imprensa forneceu “elementos retóricos que fortaleciam fundamentos cívicos doutrinários que pretendiam revestir os desfiles como manifestações autênticas de patriotismo” (BENCOSTTA, 2006, p.311).

Através de suas próprias páginas, a imprensa salientava sua importância e seu papel ao lado do governo. Foi isso que notamos ao verificar esse documento:

Orientando o pensamento e inflamando o coração das multidões, o jornalista é o parente próximo do homem de Estado – na coragem do sacrifício, no devotamento ao bem público e ainda na subordinação ao ritmo social do destino de ambos [...]. O país encontrou na imprensa o eco poderoso da sua própria voz e nela o governo teve a mais lucida colaboração (A UNIÃO, 14 jul. 1938).

Estas práticas se iniciavam no interior da escola, onde são produzidos os modos de pensar e de atuar que proporcionam modos de agir a todos os sujeitos envolvidos nelas. Mas essas festas romperam os muros escolares e os gigantescos desfiles se aproximavam cada vez mais de todos, pois a principal proposta do Estado era construir um consenso coletivo. A questão da formação da nacionalidade e da identidade nacional, processo que remonta ao século XIX, vinha ocupando espaço por todo o país e procurava fazer com que as instituições escolares fossem veículos para a propagação dessas idéias.

No decorrer do ano letivo, os educadores orientavam seus alunos a cultuarem a pátria e diariamente os vultos do nosso glorioso passado para serem lembrados, de forma que os jovens estudantes permanecessem conscientes do papel que deveriam desempenhar em dias futuros com os exemplos de brasilidade abundantes nas páginas de nossa história e “com os reflexos expressivos dos atos heroicos de todos aqueles que emprestaram o melhor de suas energias e até o próprio sangue para o

engrandecimento e fortalecimento do Brasil” (REVISTA DO ENSINO, 1938, p.08). Na mesma Revista, encontramos trechos que ratificam as palavras acima aludidas:

O segundo decreto, sob nº 961, de 11 de Fevereiro de 1938, completa o primeiro, imprimindo á educação em nossa terra uma orientação que o Estado Novo está a exigir. [...] o culto á bandeira é obrigatório em todos os estabelecimentos de ensino público e particular, processando-se, diariamente, o hasteamento do pavilhão nacional, com a presença dos professores, funcionarios e alunos. As datas nacionais e do Estado serão comemoradas solenemente com palestras alusivas aos fatos historicos, e ainda com passeatas civicas, as quais terão obrigatoriamente o comparecimento dos docentes, discentes e funcionarios. Os professores ficaram obrigados a orientar os seus discipulos para o culto á pátria, fazendo, diariamente, ligeiras prelecções sobre os grandes vultos e feitos históricos de nossa nacionalidade e procurando criar nos alunos o respeito ás leis do país e ás autoridades e um espírito de combate sistematico a tudo quanto possa atentar contra o regime e seus dirigentes (REVISTA DO ENSINO, 1938, p.08).

Tanto os alunos quanto seus familiares, participavam desses eventos de forte apelo cívico-patriótico. Obviamente, os maiores interessados, isto é, as autoridades locais, não poderiam deixar de comparecer:

O acto que revestiu de grande solemnidade, teve o comparecimento do exmo. Sr. Governador do Estado dr. Argemiro de Figueirêdo, drs. Raul de Góes, Salviano Leite e Severino Cordeiro, respectivamente Secretarios do Govêrno, do Interior e da Producção, Mons. dr. Pedro Anisio, Director do Departamento de Educação, Directores e representantes de quasi todos os estabelecimentos de ensino desta capital, grande numero de familias de nossa sociedade, corpos docente e discente (REVISTA DO ENSINO, 1937, p.40/41).

Através dos estudantes, o governo buscava alcançar a sociedade de uma maneira geral, pois as crianças eram naquele momento “a menina dos olhos da Nação, o ponto de convergência de todas as atenções, de todas as fôrças vitais do país” (REVISTA DO ENSINO, 1942, p.19). Durante as festas, os escolares eram organizados e, a partir daí, “marchavam e cantavam. As letras e melodias carregadas de conteúdos nacionalistas eram entoadas no ritmo da marcha visando imprimir no imaginário infantil o amor à pátria brasileira e por esse meio alcançar suas famílias” (UNGLAUB, 2008, p.05). Como infere a autora, uniformes eram utilizados e as marchas e os movimentos semelhantes aos do exército eram executados brilhantemente.

As “creanças ‘almas em botão’ – infleiradas; mocidade das escolas com o peito desabrochando ás alegrias primeiras da vida” (A IMPRENSA, 26 nov. 1937).

Para os jovens e crianças que ali participavam, enquanto personagens principais, não bastava marchar, eram também orientados e ensaiados para executar saudações e posturas, “havia um detalhamento sobre cada tipo de saudação, sobre cada posição exata das mãos, dos braços, dos dedos, do corpo em cada uma delas e ainda a significação patriótica de cada gesto” (UNGLAUB, 2009, p.116).

Ao trabalhar com a voz e os gestos sincronizados do conjunto de milhares de crianças, o Estado buscava imprimir ainda seus signos, suas formas, seus anseios. Assim buscava inculcar o gosto pelos ideais que ele mesmo perseguia, atuando no imaginário do povo, garantindo assim a permanência dos seus objetivos enquanto poder de Estado. Multidões infantis louvavam a Pátria com sua voz e seu corpo. Cada ação dos alunos na ‘massa’ coral recebia uma grande relevância na organização da sua totalidade, imersa num simbolismo que busca o louvor da Pátria em cada detalhe de seus gestos. A música e os gestos sincronizados atuaram em favor da política do Estado Novo, em busca da unificação dos sentimentos pátrios (Idem, p.117).

A alegria, a festa, a quebra da monotonia, eram emoções mantidas naquelas ocasiões de fascínio teatralizado. Nossas fontes vêm, mais uma vez, reiterar que aquelas práticas confirmavam os ensinamentos apreendidos na escola e pelo seu caráter público disseminá-los para toda a população. Nesse sentido, as festas representavam importante papel na construção da nacionalidade. Todavia, essas práticas comemorativas expressavam os ideais das elites e eram as instituições escolares que se encarregavam de desempenhar esse *Poder Simbólico* sobre a sociedade paraibana, o que, segundo Bourdieu (2010), se constituía “pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto mundo” (p.14/15). Ainda segundo o autor:

[...] o poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário. Isso significa que o poder simbólico em forma de uma “illocutionary force”, mas desta- entre os que exercem o poder e os que lhe estão sujeitos, quer dizer, isto é, na própria estrutura do campo em que se produz e se reproduz a crença. O que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de

subvertê-la, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras (Idem, p.14/15).

Assim, o *Poder Simbólico* tomava a sociedade, “não por meio da violência física, mas [...] da violência simbólica, fazendo uso do poder de mobilização, de enunciação e de crença na legitimidade das palavras de quem as pronunciava” (AIRES, 2006, p.155). Esse poder de persuasão que o Estado mantinha sobre a sociedade estava respaldado em um sistema de símbolos. Símbolos tais como a bandeira, o hino e o calendário festivo que nos mostram as maneiras pelas quais a elite buscava recriar, na população, o amor à Pátria. E esse amor era essencial, pois como difundia a imprensa local:

O amôr á Pátria é o amôr das almas fortes. E’ como o sol que espalha os seus raios sôbre a extensão infinita dos campos fecundando e aformoseando tudo. Êle desperta as fôrças adormecidas do espírito ao ouvir uma voz sagrada sôbre um ideal superior. Acalma as mesquinhezas da alma, porque faz resoar, em suas intimidades, um hino que nada mais representa senão o éco de um outro hino exterior, levantando-se em toda parte. Êste amôr sempre eleva o que tem a ventura de saber senti-lo: enaltece tanto a sociedade dos homens como a das gerações. Amar á Pátria é amar o ritmo-irmão-de-sangue que canta na mesma canção em distintos corações [...]. A Pátria é a grande escola dos espiritos. E’ o grande lar de uma só família na sociedade de todas as famílias (A UNIÃO, 04 jul. 1938).

Os desfiles patrióticos se valiam de idéias e conceitos que eram transformados em imagens e símbolos incorporados ao imaginário e transmitidos pelos modos de expressão da cultura cívica (BENCOSTTA, 2006). Em meio a essa transmissão de valores nacionais, a população se envolvia, e então, o palco estava montado. Alunos, professores e familiares se juntavam numa mesma cena e ali se dava o grande espetáculo, tudo se transformava num grande teatro de euforia coletiva. As festas confirmavam para a sociedade presente “os avanços alcançados pela escola na educação e desenvolvimento das crianças, ao mesmo tempo, esta mesma população, participando dos eventos festivos, poderia se instruir em sentimentos, valores e normas legitimadas socialmente” (CÂNDIDO, 2007, p.97).

Se o ideal almejado pela política estadonovista era que, o povo despertasse do berço esplêndido no qual dormia, esse desejo já estava sendo realizado. Na fala de

Isaias Alves, membro do Conselho Nacional de Educação, publicada no jornal *A Imprensa* no ano de 1937, ele destaca que, desde que fora implantado o Estado Novo, a sociedade brasileira despertava a cada dia, pois:

O sopro de vida e o anseio de alegria que estão apontando os rumos do novo Estado, despertaram a Nação que está de pé. O Brasil está erguido. [...] O Brasil não está ‘deitado eternamente em berço esplendido’. O Brasil está ‘marchando heroicamente em sólo esplendido’. O Brasil está ‘lavrando honestamente um solo esplendido’. Na vasta amplidão do Brasil, todos não querem ficar ‘deitados eternamente em berço esplendido’. E as gerações que surgem esperam que o novo Estado retire da sua mística esse pensamento que o poeta incluiu na voz do povo (A IMPRENSA, 25 nov, 1937).

Segundo algumas autoridades, a sociedade estava acordada e não mais dormia, como diz o Hino Nacional. Os novos rumos que o país seguia, empolgava a todos e, a cada dia as festas assumiam proporções dignas de um fato histórico a ser lembrado. Eram realizadas com o máximo brilho, de maneira a evidenciar tanto as vantagens do regime vigente quanto os heróis que eram responsabilizados por esses acontecimentos. Para salientar a importância desses “grandes homens”, os estudantes aprendiam a ouvir e a repetir uma história que a instituição, carregada de intencionalidade, construía.

O sentimento nacional nutria-se da veneração aos símbolos nacionais e aos heróis, exemplos de coragem, probidade e abnegação como José Bonifácio – o Patriarca da Independência; Duque de Caxias, o patrono do exército brasileiro, Tiradentes, o mártir da Inconfidência; Zumbi dos Palmares, o rei do Quilombo, Princesa Isabel, a redentora (SOUZA, 2009, p.291).

A intenção era desencadear emoções e provocar sentimentos entre jovens e crianças e, por meio deles, atingir a sociedade, ou seja, o intuito era “elevantar a juventude, fazendo da juventude o espelho de nossa grandeza futura” (A UNIÃO, 28 fev. 1941). Assim, podemos dizer que as comemorações festivas do Estado Novo estavam diretamente ligadas às práticas educacionais vigentes na época, pois à instituição escolar cabia a responsabilidade de promover, nos jovens, os ideais do novo regime.

De acordo com Capelato: “O apelo ao sentimento visava despertar os valores de fraternidade e união, ajudando a construir a idéia de harmonia na

comunidade, neutralizadora das divisões e dos conflitos” (1998, p.221). Em seu conjunto, essas manifestações tinham a pretensão de mobilizar a população, principalmente os estudantes, na busca por reinterpretar e reinventar episódios históricos. Hobsbawm, ao comentar sobre um discurso realizado por um oficial do governo indiano, em 1973, ressalta que: “A Bandeira Nacional, o Hino Nacional e as Armas Nacionais são os três símbolos através dos quais um país independente proclama sua identidade e soberania”. Por isso, “eles fazem jus a um respeito e a uma lealdade imediata. Em si já se revelam o passado, pensamento e toda a cultura de uma nação” (1997, p.19).

O Dia da Bandeira

Assim como o dia 1º de maio, devemos destacar também, as festividades que eram levadas a efeito, a fim de comemorar o Dia da Bandeira. Essa data tinha uma importância significativa para o momento em questão, pois com a instauração do Estado Novo, Getúlio Vargas proibiu, através de um decreto, a ostentação de símbolos estaduais, buscava dessa forma, evitar a valorização de regionalismos e dar maior ênfase ao nacional, era importante aguçar o sentimento de brasilidade, de amor e respeito pela Pátria.

E a alma da gente contagiada desse entusiasmo, desses arroubos cívicos, cantava um hino igual sentindo no peito o coração marchando em continência á alma da patria que passava. Em meio ao empolgante espetáculo observava-se facilmente a multidão irmanada na maravilhosa expressão de união das classes todas do povo, num novo episodio glorioso – sentido dentro da nação para a sagração coletiva da alma popular á Patria, venerada no simbolo sublime da bandeira (A IMPRENSA, 26 nov. 1937) ².

Como é possível observar, havia uma preocupação em exaltar a pátria como a mãe de todo o país, partindo dessa lógica, não era interessante para o governo, que houvesse ostentações de símbolos regionais, pois isso, de certa forma, enfraqueceria esse movimento de amor à nação. A preocupação de Getúlio era tanta, que nas

² Palavras de Antonio Dias, colunista do jornal *A Imprensa*.

festividades de 1937, o Dia da Bandeira foi marcado pela queima dos pavilhões estaduais na Capital Federal.

As grandes festas da Bandeira, hoje, no Rio

Nessa ocasião o povo assistirá a um espetáculo inedito. Serão depositadas, deante de uma pira ardendo em fogo, as bandeiras regionais dos Estados e do Distrito Federal, representando simbolicamente a extinção das bandeiras estaduais substituídas por um unico pavilhão – o pavilhão nacional na forma da nova Constituição. Finda essa solenidade, usará da palavra o ministro Francisco Campos, que proferirá a oração oficial, pondo em relevo o alto significado da festa e do culto á nacionalidade. Seu discurso será irradiado pelo serviço de radio-difusão do Ministério da Educação e pelo Departamento Nacional de Propaganda³ (A IMPRENSA, 27 nov. 1937).

Com esse movimento de queima das bandeiras, fica clara a intenção de Getúlio Vargas, ou seja, seu interesse era mesmo concentrar as atenções à Pátria como um todo e para que isso fosse possível, sentiu a necessidade de colocar fim aos pavilhões regionais, a partir daquele momento, o Brasil era um só, o povo brasileiro deveria se unir em defesa da nação, da mãe gentil. A bandeira era naquele momento, o símbolo da Pátria e onde quer que tremule, ela “inspira sempre o desejo de ser dignos do Brasil”. Por esses motivos, as palavras do jornal incitavam a todos para que saudassem e respeitassem esse dia: “Saudemos, pois, nesta data da nacionalidade, a gloriosa BANDEIRA DO BRASIL, de todos os brasileiros (A IMPRENSA, 26 nov. 1937).

Em virtude desse dia tão importante, as ruas paraibanas se mobilizaram e logo “pela manhã movimentaram-se grandes massas de escolares que iam se postando na Praça João Pessôa” (A IMPRENSA, 21 nov. 1937). Em Campina Grande, a movimentação também foi intensa e “comemorando o “Dia da Bandeira”, os grupos escolares dêste município realizaram imponente parada escolar” (A UNIÃO, 20 nov. 1940). Essa data era muito significativa e jamais poderia passar despercebida.

³ Importante ressaltar que, as festas do Dia da bandeira na Capital Federal foram adiadas e passaram do dia 19 para 27 de novembro, em virtude das fortes chuvas que caíram na cidade.

19 de Novembro! Que mistica mais gloriosa poderia sacudir as fibras espirituais do nosso ser! Evocar esta data é passar do trivialismo das manifestações de fachada, para integrar um povo na plena posse de um fastígio histórico, assinalado pelos mais exuberantes rasgos de pundonor cívico! ⁴ (A IMPRENSA, 19 nov, 1937).

Em face desse desejo de criar nos alunos e, através deles, na comunidade, esse sentimento de amor e gratidão, era importante contar com mecanismos que dessem conta dessa empreitada. Nesse ínterim, a escola se tornou peça fundamental e estratégica para a formação da identidade nacional que passa a ser destaque na educação, em missão de elaborar uma história nacional e difundi-la, na função de formar moralmente jovens e crianças. A intenção era que esses alunos fizessem uso dos saberes históricos produzidos em sala de aula para promover a unidade nacional tão almejada pelo regime estadonovista.

Procuramos mostrar, neste texto, duas datas importantes para o calendário escolar do período estadonovista. Notamos muita ênfase nestas comemorações e percebemos que as práticas desencadeadas envolvendo a “comunidade escolar, as famílias e a sociedade, as instituições educativas reatualizaram o sentido primordial que fomenta a difusão da educação popular – a formação do cidadão republicano para a nação brasileira” (SOUZA, 2009, p.295). Esse processo de formação dos jovens em cidadãos que deveriam respeitar e amar a pátria, não ocorria apenas dentro das instituições escolares, mas também, durante as solenidades que eram levadas a efeito no decorrer do ano letivo. Essas comemorações se consolidaram e acabaram se tornando complementos à educação daquele período, uma vez que, as festividades escolares foram naquele momento, representações da necessidade de construir e consolidar uma identidade nacional única, e no espaço escolar deveria se produzir o que preferimos chamar de uma *cultura histórica*⁵ educacional modelo para o Brasil.

⁴ Palavras proferidas pelo Dr. Chileno Alverga, por ocasião do hasteamento da bandeira, no dia 19 de novembro de 1937.

⁵ Partilhamos aqui, das noções de cultura histórica, empreendidas por Ribeiro (2009), que compreende o conceito, como algo que “abrange uma diversidade de operações as quais incluem as comemorações, entendidas aqui como investimentos empreendidos pelo poder público, em função de suas lutas e bandeiras políticas, ou seja, os vários ‘usos do passado’” (p.58). Para maior aprofundamento do assunto, ver: *Sacrifício, heroísmo e imortalidade: a arquitetura da construção da imagem do presidente João Pessoa* (Ribeiro, 2009).

REFERÊNCIAS

Periódicos

Jornal *A União*, João Pessoa – PB. Edições de 1937 a 1945. Arquivo Histórico da Paraíba da Fundação Espaço Cultural – FUNESC.

Jornal *A Imprensa*, João Pessoa – PB. Edições de 1937 a 1945.

Revista do Ensino, João Pessoa- PB. Edições: 1937, 1938 e 1942. Instituto Histórico e Geográfico Paraibano.

Bibliografia

AIRES, José Luciano de Queiroz. **Inventando Tradições, Construindo Memórias: A “Revolução de 30” na Paraíba.** 2006. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal de João Pessoa.

BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. Desfiles Patrióticos: memória e cultura cívica dos grupos escolares de Curitiba (1903-1971). In: **Grupos Escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971).** VIDAL, Diana Gonçalves, (org.). Campinas, SP: Mercado de Letras, 2006.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico.** Tradução de Fernando Tomaz. Lisboa: Difel, 2010.

CÂNDIDO, Renata Marcílio. **Culturas da Escola: as festas nas escolas públicas paulistas (1890-1930).** 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade de São Paulo.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Multidões em Cena: Propaganda Política no Varguismo e no Peronismo.** Campinas, SP: Papiros, 1998.

HOBBSAWM, Eric.; RANGER, Terence (Orgs.). **A Invenção das Tradições.** Tradução Celina Cardim Cavalcante. 6ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

MORAIS, Fabrício de Sousa. **As Festas da Nação- civilização e estratégias de poder nas comemorações do centenário da Independência do Brasil.** 2007. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Universidade Federal de João Pessoa.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural.** Belo Horizonte. Ed. Autêntica, 2003.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Alicerces da Pátria – História da escola primária no Estado de São Paulo (1890-1976).** Campinas, SP: Mercado de Letras, 2009.

UNGLAUB, Tânia Regina da Rocha. Festas Cívicas Articuladas na Construção de Brasilidade: Memórias de Catarinenses. In: **IV Simpósio Nacional de História Cultural- Sensibilidades e Sociabilidades**. Goiânia-GO, 2008.

_____. A prática do canto orfeônico e cerimônias cívicas na consolidação de um nacionalismo ufanista em terras catarinenses. In: **Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação - Linhas**. Florianópolis, v. 10, n. 01, p. 105 – 127, jan. / jun. 2009.

VAZ, Aline Choucair. **A escola em tempos de festa: poder, cultura e práticas educativas no Estado Novo (1937-1945)**. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal de Minas Gerais.